

Energias e Alterações Climáticas Políticas Europeias

Maria da Graça Carvalho

22 de Março 2011
Parlamento Europeu, Bruxelas

- Desafios
- A estratégia global
- Rumo ao mercado interno de energia
- Renováveis
- CO2 – Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE - RCLE-UE
- CO2 – Fora do RCLE-UE
- O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energética
- Conclusões

Desafios

Só será possível atingir os **Objectivos da Luta Contra as Alterações Climáticas** com um grande esforço concertado no sector energético

A Europa precisa de maior **segurança no abastecimento** e portanto será necessário **diversificar as fontes de energia**.

O sector energético europeu possui um enorme potencial para a implementação de tecnologias limpas em países terceiros e terá uma contribuição decisiva no **crescimento económico europeu**.

Estratégia Europeia para a Energia e as Alterações Climáticas

Contributo para um acordo comum pós-2012:

- Definir metas precisas e vinculativas
- 20% redução emissões de gases com efeito de estufa até 2020
- 30% se houver acordo internacional
- 20% de energias renováveis até 2020
- 20% aumento eficiência energética até 2020

- Permanecer nos 3 pilares da política energética europeia
 - Segurança do aprovisionamento
 - Competitividade
 - Sustentabilidade

Prioridades do plano de acção :

- Mercado interno de electricidade e gás natural
- Segurança de aprovisionamento
- Renováveis
- Eficiência energética
- Promoção de parcerias e cooperação entre os agentes energéticos a nível mundial
- Promoção de novas tecnologias através da pesquisa na área de energia.

Rumo ao Mercado Interno de Energia

Objectivo: um mercado interno completo e funcional de electricidade e gás natural

Separação efectiva do aprovisionamento e um mercado interno funcional de electricidade

A dissociação estrutural é a efectiva separação da propriedade entre o monopólio das redes de electricidade e de gás, por um lado, e as actividades comerciais na cadeia de valor, por outro.

•Infra-estruturas

•Maior harmonização de poderes e maior independência dos reguladores nacionais da energia

Directiva relativa à promoção da utilização de energia produzida a partir de fontes renováveis

Objectivo: atingir 20% de RES até 2020

A concretização deste objectivo exige um forte crescimento dos três sectores das energias renováveis – electricidade, biocombustíveis, aquecimento e refrigeração, e um suplemento de 10% de biocombustíveis nos transportes como meta mínima vinculativa.

“Burden sharing” entre os Estados Membros, com base na actual utilização de RES e nas projecções do PIB

- Faz-se a modulação da quota de energias renováveis em 2005 de forma a reflectir os pontos de partida nacionais e os esforços já desenvolvidos pelos Estados-Membros que tenham alcançado um aumento superior a 2% entre 2001 e 2005;
- Adicionam-se 5,5% à quota modulada de energias renováveis de cada Estado-Membro em 2005;
- Pondera-se o esforço restante em função de um índice do PIB per capita;
- Adicionam-se estes dois elementos a fim de obter a quota total de energias renováveis em 2020 para cada Estado-Membro.

Criação de certificados de garantia de origem em todos os sectores

Para facilitar o comércio interno ou internacional de energia renovável e para aumentar a transparência na escolha dos consumidores entre renováveis e não renováveis de electricidade.

Renováveis

	Percentagem de energias renováveis em relação ao consumo final de energia – ano de 2005 (S2005)	Percentagem de energias renováveis em relação ao consumo final de energia – meta para o ano de 2020 (S2020)
Alemanha	5.8%	18%
Áustria	23.3%	34%
Bélgica	2.2%	13%
Bulgária	9.4%	16%
Chipre	2.9%	13%
Dinamarca	17.0%	30%
Eslováquia	6.7%	14%
Eslovénia	16.0%	25%
Espanha	8.7%	20%
Estónia	18.0%	25%
Finlândia	28.5%	38%
França	10.3%	23%
Grécia	6.9%	18%
Hungria	4.3%	13%
Irlanda	3.1%	16%
Itália	5.2%	17%
Letónia	34.9%	42%
Lituânia	15.0%	23%
Luxemburgo	0.9%	11%
Malta	0.0%	10%
Países Baixos	2.4%	14%
Polónia	7.2%	15%
Portugal	20.5%	31%
Reino Unido	1.3%	15%
Republica Checa	6.1%	13%
Roménia	17.8%	24%
Suécia	39.8%	49%

Critérios de sustentabilidade para os biocombustíveis

A directiva estabelece critérios rigorosos de sustentabilidade ambiental para assegurar que os biocombustíveis a ter em conta para alcançar as metas europeias sejam sustentáveis e não contrariem os objectivos ambientais globais da Comissão.

Emissão de Gases com Efeito de Estufa e o Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE – Situação Actual

A. 2005-2007:

Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (RCLE-UE)

Fase de aprendizagem prática: estabeleceu com êxito o comércio livre de licenças de emissão na UE, criou a infra-estrutura necessária e desenvolveu um mercado do carbono dinâmico.

Só envolveu CO₂ e alguns sectores industriais (centrais eléctricas e grandes instalações de combustão).

Emissão de Gases com Efeito de Estufa e o Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE – Situação Actual

B. Entre 2008-2012:

Segundo período do RCLE-UE

- Corresponde ao 1º período de compromisso do Protocolo de Quioto.
- Durante este período, a Comissão estabeleceu um valor-limite para as emissões nacionais dos sectores abrangidos pelo RCLE-UE a um nível médio cerca de 6,5% inferior aos níveis de 2005.
- O compromisso de Quioto abrange a UE15 e existe partilha de esforços “burden sharing” entre os Estados-Membros.

Emissão de Gases com Efeito de Estufa e o Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE – Situação Actual

C. Depois de 2012:

Melhoria do RCLE-UE

No âmbito do RCLE-UE, é imperativa uma maior harmonização de forma a assegurar que a UE atinja os seus alvos. As principais alterações são as seguintes:

- Uma parte muito maior de licenças de emissão será vendida em leilão, em lugar de ser atribuída a título gratuito.
- A inclusão de gases com efeito de estufa para além de CO₂
- A inclusão da indústria petroquímica, do amoníaco e do alumínio
- Um mercado que cubra **150 milhões tons de equivalente CO₂ por ano**
- **Os Estados-Membros serão autorizados a excluir pequenas instalações do âmbito de aplicação do sistema, desde que estas estejam sujeitas a medidas equivalentes de redução das emissões.**

Redução de Emissão de Gases com Efeito de Estufa- Situação Internacional

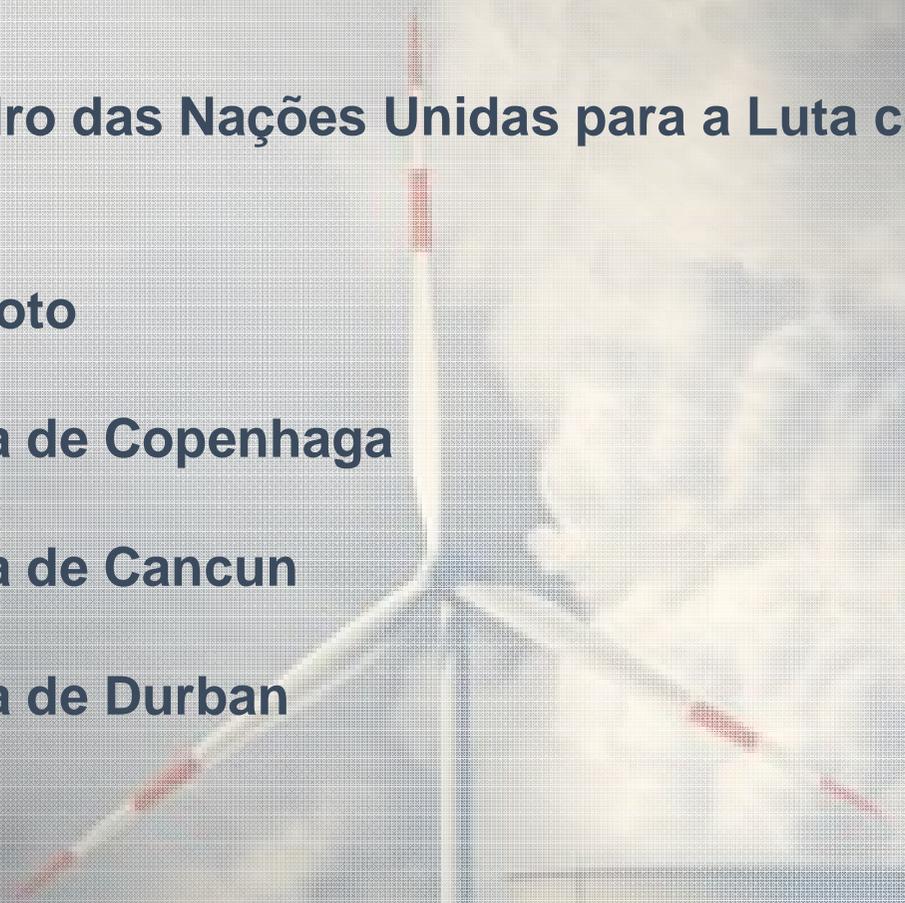
Convenção Quadro das Nações Unidas para a Luta contra as Alterações Climáticas

Protocolo de Quioto

COP-15 – Cimeira de Copenhaga

COP-16 – Cimeira de Cancun

COP-17 – Cimeira de Durban



O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas

Objectivo: desenvolver tecnologias energéticas que desencadeiem uma nova revolução industrial e que conduzam a um crescimento competitivo com baixas emissões de carbono.

O plano SET propõe-se a atingir os seguintes resultados:

1) um planeamento estratégico conjunto que permitirá uma melhor combinação de esforços e uma aproximação de investigadores e indústrias.

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas

2) Iniciativas industriais europeias:

- Iniciativa Europeia sobre Energia Eólica: centrada na validação e demonstração de grandes turbinas e de grandes sistemas (relevantes para aplicações em terra e no mar).
- Iniciativa Europeia sobre Energia Solar: centrada na demonstração em larga escala da energia fotovoltaica e da energia solar concentrada.
- Iniciativa Europeia sobre Bioenergia: centrada na "próxima geração" de biocombustíveis no contexto de uma estratégia global de utilização da bioenergia.
- Iniciativa Europeia sobre a captura, transporte e armazenamento de CO₂ : centrada nos requisitos de todo o sistema, incluindo a eficiência, a segurança e a aceitação pública, a fim de comprovar a viabilidade, à escala industrial, de centrais eléctricas alimentadas a combustíveis fósseis e com emissões nulas.
- Iniciativa Europeia sobre a Rede de Electricidade: centrada no desenvolvimento de um sistema de electricidade inteligente, incluindo o armazenamento, e na criação de um centro europeu que implemente um programa de investigação relativo à rede de transmissão europeia.
- Iniciativa sobre Cisão Nuclear Sustentável: centrada no desenvolvimento de tecnologias da Geração IV.

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas

3) um aumento dos recursos

Há dois desafios a enfrentar: **mobilização de recursos financeiros adicionais**, para a investigação e infra-estruturas conexas, a demonstração à escala industrial e projectos de replicação no mercado; e **ensino e formação**, a fim de criar recursos humanos na quantidade e com a qualidade necessárias para tirar pleno partido das oportunidades tecnológicas que a política energética europeia criará.

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas

4) uma nova abordagem reforçada no que diz respeito à cooperação internacional, enquanto pilar fundamental da estratégia europeia.

Precisamos de elevar a nossa cooperação internacional no domínio das tecnologias energéticas a um novo nível.

Precisamos também de garantir que a UE fale cada vez mais a uma só voz nas instâncias internacionais, quando adequado, a fim de obter um efeito mais coerente e forte de parceria.

O 7º Programa-Quadro de Investigação

O principal instrumento europeu de apoio ao trabalho de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, através de projectos em colaboração com a indústria, as universidades e os centros de investigação.

Plano para as tecnologias energéticas: o orçamento médio anual dedicado à investigação energética (CE e Euratom) será de 886 milhões de euros, tendo sido de 574 milhões de euros no anterior programa.

O compromisso comunitário para com o programa de fusão e o projecto do ITER foi fundamental no aumento deste orçamento.

O 7º Programa-Quadro apoiará não só actividades em matéria de investigação tecnológica e demonstração no âmbito do tema Energia e do programa da Euratom, mas também outras matérias intertemáticas presentes em vários temas (ver próximo slide).

O 7º Programa-Quadro de Investigação

7ºPQ : € 50.521 milhões em 7 anos, entre 2006 e 2013 – 9 temas

Orçamento (€ milhões, valores actuais)

1. Saúde	5.984
2. Alimentação, agricultura e biotecnologia	1.935
3. Tecnologias da informação e das comunicações	9.110
4. Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção	3.467
5. Energia	2.265
6. Ambiente	1.886
7. Transportes	4.180
8. Ciências socio-económicas e ciências humanas	607
9. Segurança e espaço	2.858

O Pacto de Autarcas

Cidades a favor das energias sustentáveis liderando a luta contra as alterações climáticas: a Comissão Europeia lança o “Pacto de Autarcas”

O Pacto de Autarcas é um compromisso assumido pelos Autarcas de importantes cidades europeias (mais de uma centena) para enquadrar politicamente a cooperação entre todos os actores (UE, nacionais, cidades) nas alterações climáticas e nas políticas.

Conclusões

- **Conhecimento e iniciativa política permite à Europa atingir simultaneamente:**
 - **Sustentabilidade**
 - **Segurança de abastecimento de energia**
 - **Competitividade industrial**
 - **Qualidade de vida**

Obrigada pela vossa atenção

www.gracacarvalho.eu

mariadagraca.carvalho@europarl.europa.eu